

Legislações socialmente progressivas da Índia

Lei das Pessoas Transgêneros (Proteção de Direitos) de 2019: características salientes

A lei tem as seguintes provisões:

1. Não discriminação contra uma pessoa transgênero em instituições educacionais, emprego, serviços de saúde etc.
2. Reconhecimento da identidade das pessoas transgêneros e conferir-lhes o direito à identidade de gênero auto-declarada.
3. Provisão do direito de residência com os pais e familiares imediatos.
4. Provisão para a formulação de esquemas de bem-estar e programas para educação, seguridade social e saúde das pessoas transgêneros.
5. Provisão para o Conselho Nacional das Pessoas Transgêneros aconselhar, monitorar e avaliar medidas para a proteção de seus direitos.

A lei tornará todas as partes interessadas responsivas e responsáveis pela manutenção dos princípios subjacentes ao projeto de lei. Isso trará maior responsabilidade por parte do Governo Central e dos Governos Estaduais/Administrações de Territórios da União para questões relativas às pessoas Transgêneros.

A lei beneficiará um grande número de pessoas transgêneros, mitigará o estigma, a discriminação e os abusos contra essa seção marginalizada e os trará para a corrente principal da sociedade. Isso levará a uma maior inclusão e tornará as pessoas transgêneros membros produtivos da sociedade.

Legislações socialmente progressivas da Índia

Projeto de Lei para Manutenção e Bem-estar dos Pais e Cidadãos Idosos (emenda) de 2019: características salientes

A proposta de “Emenda do Projeto de Lei para Manutenção e Bem-estar dos Pais e Cidadãos idosos” tem as seguintes principais características salientes:

- (i) A definição de "filhos" e "pais" foi ampliada.
- (ii) A definição de 'manutenção' e 'bem-estar' foi ampliada.
- (iii) O modo de submissão de pedido de manutenção foi ampliado.
- (iv) Teto de Rs.10.000 / - como a quantidade de manutenção foi removida.
- (v) A preferência na disposição das solicitações de cidadãos de idosos, com mais de oitenta anos de idade, foi previamente incluída.
- (vi) O registro de Casas de Atendimento para Cidadãos Idosos/Agências de Serviços Atendimento domiciliar etc. foram incluídos.
- (vii) Os padrões mínimos para lares de cidadãos idosos foram incluídos no projeto de lei.
- (viii) A Nomeação de Oficiais de Polícia Nodais para Cidadãos Idosos em todas as Delegacias e Unidades de Nível Distrital de Polícia Especial para os Cidadãos Idosos foram incluídos.
- (ix) A manutenção da Linha Direta de Assistência para Cidadãos Idosos foi incluída.

Legislações socialmente progressivas da Índia

Gabinete aprova o projeto de lei sobre regulamento de Tecnologia de Reprodução Assistida de 2020

Medidas pioneiras adotadas para proteger os direitos reprodutivos das mulheres

Em 19 de fevereiro de 2020, o Gabinete da União, presidido pelo Primeiro Ministro, Narendra Modi, aprovou um projeto de lei histórico para o bem-estar das mulheres no país - o projeto de lei do Regulamento de Tecnologia de Reprodução Assistida (RTA), de 2020. Isso segue a introdução no Parlamento do Projeto de lei de Regulamentação de maternidade por substituição, de 2020, e a aprovação do Projeto de Emenda para a Interrupção da Gravidez, de 2020. Essas medidas legislativas são decisões inovadoras para proteger os direitos reprodutivos das mulheres.

Uma vez que a promulgação do projeto de lei pelo Parlamento for feita, o Governo Central notificará a data do início da lei. Conseqüentemente, o Conselho Nacional será constituído.

O Conselho Nacional estabelecerá o código de conduta a ser observado pelas pessoas que trabalham nas clínicas, para estabelecer os padrões mínimos de infraestrutura física, equipamentos de laboratório e diagnóstico e mão de obra especializada a ser empregada pelas clínicas e bancos.

Os Estados e Territórios da União constituirão os Conselhos e Autoridades Estaduais no prazo de três meses a contar da notificação dada pelo Governo Central.

O Conselho Estadual terá a responsabilidade de seguir as políticas e planos estabelecidos pelo Conselho Nacional para clínicas e bancos no Estado.

O projeto de lei também prevê que o Cartório Nacional e a Autoridade de Registro mantenham um banco de dados central e auxilie o Conselho Nacional em seu funcionamento. O projeto de lei também propõe uma punição rigorosa para aqueles que praticam seleção sexual, venda de embriões ou gametas humanos, administrando agências/extorsões/ organizações para tais práticas ilegais.

Benefícios

O principal benefício da lei seria que ela regulamentará os serviços de Tecnologia de Reprodução Assistida no país. Conseqüentemente, casais inférteis estarão mais assegurados/confiantes das práticas éticas nos TRAs.

Cenário

O Projeto de Lei do Regulamento de Tecnologia de Reprodução Assistida, de 2020, é o mais recente, em uma série de legislações aprovadas pelo Gabinete da União para proteger e salvaguardar os direitos reprodutivos das mulheres. O projeto prevê provisões para práticas seguras e éticas de serviços de tecnologia de reprodução assistida no país. Por meio do projeto de lei, o Conselho Nacional, os Conselhos Estaduais, o Cartório Nacional e as Autoridades Estaduais de Registro, respectivamente, regularão e supervisionarão as clínicas de tecnologia de reprodução assistida e os bancos de tecnologia de reprodução assistida.

A Tecnologia de Reprodução Assistida (TRA) cresceu aos trancos e barrancos nos últimos anos. A Índia tem um dos maiores crescimentos nos centros de TRA e no número de ciclos de TRA realizados todos os anos. A Tecnologia de Reprodução Assistida (TRA), incluindo a fertilização in vitro (FIV), deu esperança a uma multidão de pessoas que sofrem de infertilidade, mas também introduziu uma infinidade de questões legais, éticas e sociais. A Índia se tornou um dos principais centros dessa indústria global de fertilidade, com o turismo médico reprodutivo se tornando uma atividade significativa. As clínicas na Índia oferecem quase todos os serviços de TRA - doação de gametas, Inseminação Intra-Uterina (IIU), Fertilização In Vitro (FIV), Injeção Intracitoplasmática de Espermatozoides (ICSI), diagnóstico genético pré-implantação (DGP) e maternidade por substituição. No entanto, apesar de tanta atividade na Índia, ainda não há padronização de protocolos e os relatórios ainda são muito inadequados.

A necessidade de regulamentar os Serviços de Tecnologia de Reprodução Assistida é principalmente proteger as Mulheres e as Crianças afetadas pela exploração. A doadora de ovócitos precisa ser apoiada por uma cobertura de seguro, protegida contra implantes de embriões múltiplos e as crianças nascidas com a tecnologia de reprodução assistida devem receber todos os direitos equivalentes aos uma criança biológica. A criopreservação de espermatozoides, ovócitos e embriões pelos bancos TRA deve ser regulamentada e a lei pretende tornar obrigatória a realização de testes pré-implantação genética para o benefício da criança nascida por meio da Tecnologia de Reprodução Assistida.

Projeto de Lei da maternidade por substituição (regulamento) de 2020

O projeto de lei de maternidade por substituição (regulamento) de 2020 propõe a regulamentação da maternidade por substituição na Índia, estabelecendo o Conselho Nacional no nível central e os Conselhos Estaduais e as Autoridades Apropriadas nos Estados e Territórios da União. O projeto de lei foi examinado

pelo comitê seletor e o relatório foi entregue no Rajya Sabha em 5 de fevereiro de 2020.

O principal benefício da lei seria que ela irá regular os serviços de maternidade por substituição no país. Enquanto a maternidade por substituição comercial será proibida, incluindo venda e compra de embriões e gametas humanos, a maternidade por substituição ética para o casal indiano casado, o casal casado de origem indiana e a mulher solteira indiana (apenas viúva ou divorciada) será permitida no cumprimento de determinadas condições. Como tal, essa lei controlará as práticas antiéticas na maternidade por substituição, prevenirá a comercialização da maternidade por substituição e proibirá a exploração potencial de mães por substituição e crianças que nasceram através da maternidade por substituição.

Projeto de Lei de Interrupção Médica de Gravidez de 2020 (Emenda)

A Lei de Interrupção Médica de Gravidez, de 1971 (34 de 1971), foi promulgada para providenciar o término de certas gestações, por médicos registrados, e para assuntos relacionados a ela ou incidentais a ela. A referida lei reconheceu a importância de serviços de aborto seguros, e acessíveis para mulheres que precisam interromper a gravidez sob certas condições especificadas. Além disso, várias ordens de petições foram apresentadas ao Supremo Tribunal e a vários tribunais superiores em busca de permissão para abortar gravidezes em idade gestacional além do limite permitido por motivos de anormalidades fetais ou de gravidez devido à violência sexual enfrentada por mulheres.

Em conjunto, as três legislações propostas criam um ambiente de salvaguardas para os direitos reprodutivos das mulheres, abordando contextos sociais em mudança e avanços tecnológicos.

Legislações socialmente progressivas da Índia

Projeto de lei para a Interrupção Médica de Gravidez de 2020 (Emenda)

Características salientes das emendas propostas:

1. Propor a exigência de opinião de um profissional para o término da gravidez, até 20 semanas de gestação e a introdução do requisito de opinião de dois profissionais para o término da gravidez de 20 a 24 semanas de gestação.
2. Aprimorar o limite superior de gestação de 20 para 24 semanas para categorias especiais de mulheres, que serão definidas nas emendas às Regras de Interrupção Médica de Gravidez (IMG) e incluirão 'mulheres vulneráveis, incluindo sobreviventes de estupro, vítimas de incesto e outras mulheres vulneráveis (como mulheres com deficiências, menores de idade) etc.
3. Limite superior de gestação não se aplica em casos de anormalidades fetais substanciais diagnosticadas pelo Conselho Médico. A composição, funções e outros detalhes do Conselho Médico a serem prescritos posteriormente nas Regras da Lei.
4. O nome e outros dados de uma mulher cuja gravidez foi interrompida não serão revelados, exceto a uma pessoa autorizada em vigor de alguma lei, no momento.

O Projeto de lei para a Interrupção Médica de Gravidez (Emenda), de 2020, é para expandir o acesso das mulheres a serviços de aborto legal e seguro por motivos terapêuticos, eugênicos, humanitários ou sociais. As emendas propostas incluem a substituição de certas subseções, inserção de novas cláusulas determinadas em algumas seções da Lei de Interrupção Médica de Gravidez, de 1971, com o objetivo de aumentar o limite superior da gestação para a interrupção de gravidez sob certas condições e fortalecer o acesso ao atendimento abrangente ao aborto, sob condições estritas, sem comprometer o serviço e a qualidade do aborto seguro.

É um passo em direção à segurança e ao bem-estar das mulheres e muitas mulheres serão beneficiadas por isso. Recentemente, várias petições foram recebidas pelos Tribunais buscando permissão para abortar gravidezes em idade gestacional além do limite permitido por motivos de anormalidades fetais ou de gravidez devido à violência sexual enfrentada por mulheres. O aumento proposto na idade gestacional garantirá dignidade, autonomia, confidencialidade e justiça para as mulheres que precisam interromper a gravidez.

A fim de aumentar o acesso das mulheres a serviços de aborto seguro e levando em conta os avanços da tecnologia médica, o Ministério da Saúde e Bem-Estar

Familiar propôs emendas após ampla consulta com vários interessados e vários ministérios.